

Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial (Roney Cytrynowicz). São Paulo: Geração Editorial/EDUSP, 2000.

Num primeiro momento, o livro de Roney Cytrynowicz é um pouco desconcertante. Trata-se de um texto que originalmente foi apresentado como tese de doutoramento. E as inúmeras notas de rodapé não deixam dúvida sobre a quantidade e a qualidade das fontes consultadas, e, portanto, sobre o esforço de pesquisa nele investido. Mas quase no início, Cytrynowicz faz uma observação que parece definir a orientação de sua obra: “O autor, também filho de imigrantes, imigrantes sobreviventes refugiados da guerra na Europa, quer ... articular sua própria história de guerra, seu próprio *fato* guerra – referência autobiográfica estruturante e periodizadora de uma vida de família. Mas sobretudo ... lembrar esquecendo e esquecendo lembrar, deixando uma certa hesitação, indefinição, no seu lugar, entre uma história pessoal e familiar, entre uma história individual e a história da guerra” (p. 45).

Essas palavras soam um pouco suspeitas para quem está acostumado com e preza uma história essencialmente objetiva, na qual se estabelece uma clara distinção entre o sujeito historiador e o objeto tematizado, no caso São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse caso, se consideraria mais adequado que, mesmo tratando-se de um historiador, escrevesse algo como suas memórias. O exemplo bem-sucedido, nesse sentido, de um historiador de renome num passado não muito distante são os *Negócios e ócios* de Boris Fausto.

A suspeita inicial – deve-se destacar com ênfase – não deriva do tipo de representação, com uma forma muito mais narrativa do que argumentativa. Aliás, sob esse aspecto, ao final da leitura, até se poderia criticar o autor pelo excesso de intervenções argumentativas. Não haveria necessidade – só para citar um exemplo – de insistir tantas vezes que determinadas práticas faziam parte da mobilização do *front* interno no contexto de uma política de sustentação do Estado Novo. O tema e a estruturação do trabalho até teriam permitido ao autor fazer uma tentativa – nem sempre fácil – de só narrar. Afinal, estava escrevendo sobre o cotidiano, e o cotidiano se desenrola envolvendo as pessoas. No máximo, elas mesmas apresentam racionalizações sobre aquilo que vivenciam ou vivenciaram, e, nesse caso, desenvolvem as *suas* argumentações, que, naturalmente, devem ser apresentadas, mas sem a necessidade de que o autor argumente a toda hora.

A leitura do texto, no entanto, vai mostrando que o autor não é tão pessoal nem tão poético e autobiográfico quanto parece em alguns momentos iniciais do livro. Na verdade, ele monta 17 quadros sobre o contexto da Segunda Guerra em São Paulo. Os textos desses quadros são variados em sua extensão e também em sua qualidade e ineditismo. Apesar de serem todos perpassados por um fio-condutor – pelo argumento central da tese –, não há uma seqüência, uma continuidade necessária, de modo que podem ser lidos desordenadamente, e o leitor também pode deixar de ler aqueles pelos quais eventualmente tenha menos interesse.

A tese central do trabalho é a de que, objetivamente, a guerra nunca atingiu e muito menos ameaçou São Paulo, e as pessoas também não se preocupavam muito com ela, de forma que tudo aquilo que supostamente tinha a ver com o conflito era muito mais uma encenação de parte do Estado Novo, utilizando a conflagração europeia como instrumento de mobilização a seu favor. Mesmo que, como o autor destaca no início, as guerras modernas se caracterizem pela importância do *front* interno, esse *front* interno, no caso brasileiro, tinha como única função manter o *status quo* político, isto é, o regime varguista.

Nesse sentido, os diversos capítulos do livro cobrem assuntos que vão do trágico, passando pelo folclórico, chegando ao que se poderia classificar de cômico, ridículo. E obrigam a algumas reavaliações do Estado Novo.

Mesmo não constituindo um capítulo específico de São Paulo, mas com sua história contada e filmada por intelectuais paulistas, o capítulo mais trágico é, certamente, aquele sobre a “batalha da borracha”. A partir de 1942, um número estimado entre 32 e 55 mil trabalhadores, sobretudo nordestinos, foi deslocado para a Amazônia, no intuito de aumentar significativamente a produção de borracha, um produto importante no esforço de guerra dos Aliados. Se são contados 465 pracinhas tombados nos campos de batalha da Itália, calcula-se que entre 15 e 20 mil desses soldados da borracha tenham perdido a vida no empreendimento, isso sem contar as agruras por que passaram os que sobreviveram.

Muito amarga foi também a experiência dos imigrantes japoneses e de seus descendentes. Nesse capítulo, o autor, inclusive, levanta questões que sugerem novas pesquisas em torno do tratamento dado ao problema imigrantista durante o Estado Novo. Certamente o tratamento duro dado aos japoneses é específico de São Paulo. O autor destaca que dentre as três categorias de “súditos do Eixo”, a vida dos italianos foi a menos afetada. Os alemães estavam numa situação intermediária, mas com um tratamento

relativamente condescendente, sendo os japoneses os mais visados. No sul do Brasil, os alemães foram os mais visados e não os japoneses, pelo simples fato de que estes constituíam ali um número muito reduzido. O interessante, no entanto, caso se quisesse dar ao fato uma explicação puramente sócio-econômica, é que os italianos eram, em termos numéricos, de longe os mais numerosos em São Paulo e sua importância na economia era tudo menos desprezível. Mesmo assim, os salvo-condutos, que todos os estrangeiros deviam portar, eram fornecidos aos italianos por prazos indefinidos, enquanto os outros eram obrigados a requerê-los a cada deslocamento. Cabe lembrar ainda que a declaração de guerra ao Japão só ocorreu em 1945, quando a guerra já havia terminado na Europa. Por tudo isso, há certamente ainda lacunas a serem preenchidas na historiografia em torno da questão étnica durante o período.

No que tange à afetação da vida e dos direitos de pessoas ou grupos, cabe destacar também a militarização de uma parte significativa dos trabalhadores brasileiros. Mesmo que o governo de Vargas, desde 1930, tenha ficado conhecido na história como patrocinador da legislação social, houve, durante a guerra, a definição de setores industriais considerados básicos no esforço bélico. Os trabalhadores desses ramos industriais foram submetidos praticamente a um regime militar, perdendo grande parte dos benefícios da legislação trabalhista, como a jornada de trabalho de 8 horas, férias, chegando-se ao extremo de incorrerem no delito de deserção caso abandonassem seus locais de trabalho.

Vários capítulos são dedicados a diferentes ângulos da escassez. A instituição do “pão de guerra”, o gasogênio para os automóveis, as filas para aquisição de produtos racionados, até a escassez de empregadas domésticas, e, nesse contexto, as medidas contra os açambarcadores de mercadorias, medidas consideradas, pelo autor, muito mais como espetáculos do que como tentativas efetivas de coibir os abusos econômicos. A conclusão do autor sobre esse campo é o seguinte, coerente com sua tese geral de que a guerra pouco afetou o Brasil de forma objetiva, tendo sido muito mais instrumentalizada pelo regime para sua sustentação: “Não foi a guerra que provocou, em termos absolutos, a carestia... Tampouco foi a guerra, a guerra na Europa, que produziu – objetivamente – a especulação. É à medida que se constitui o *front* interno e se mobiliza a população para o Estado Novo..., que se passa a falar – como questão nacional importante – na alimentação e na saúde do povo e a escassez relativa e sua percepção, tornada alarme, são produtos dessa mobilização, mais do que da guerra” (p. 233).

Falando em saúde, há um capítulo dedicado ao programa de formação de enfermeiras, aos milhares, das quais menos de uma centena foi para o *front* externo.

A parte mais ou menos cômica da história fica por conta da mobilização militar defensiva propriamente dita, com ensaios de *blackouts* contra ataques aéreos e com deslocamentos de crianças e jovens para a zona rural, para colocá-los em segurança no caso de bombardeios à cidade.

Há ainda um capítulo muito interessante sobre a memória sobre a Segunda Guerra, comparada com a memória sobre a revolução paulista de 1932. O autor mostra como, para os paulistas, *guerra* foi a de 1932, estando os guardiões da memória da posterior até hoje em luta permanente, inclusive para obter algum local adequado para a localização de monumentos alusivos em meio a um mar de locais de rememoração dos supostos grandes feitos paulistas do início da década de 1930.

Pode-se arriscar um palpite no sentido de que o capítulo 16 venha a dar origem a importantes polêmicas. O autor em várias passagens do livro deixa muito clara sua posição contrária às repetidas tentativas, em tempos mais recentes, de ridicularizar a participação militar brasileira na Segunda Guerra. Faz uma clara confissão de reconhecimento do heroísmo e da abnegação dos pracinhas brasileiros. Nesse capítulo, no entanto, faz, a rigor, uma crítica à eficácia da ridicularização dos inimigos feita pelos contemporâneos. Encontramos com muita frequência referências na historiografia no sentido de que a entrada do Brasil na guerra foi o resultado de uma grande pressão popular e deu origem a muitas manifestações contra o Eixo, as quais, na verdade, teriam sido manifestações contra o regime getulista. Destaca-se, assim, a pressão popular – mesmo que na sua forma indireta de manifestações contra o fascismo – como um dos grandes responsáveis pelo enfraquecimento do Estado Novo. Cytrynowicz não encara essas manifestações com tanto otimismo. Concede antes um crédito ao governo, quando, na sua opinião, os órgãos de propaganda e de influência da opinião pública conseguiram capitalizar, por exemplo, manifestações que ridicularizavam Hitler, vendendo-as como aquilo que supostamente não pretendiam ser: manifestações efetiva e exclusivamente contra Hitler, endossadas e apoiadas pelo regime.

Apenas num momento o autor admite manifestações espontâneas, não manipuladas. Foi quando os pracinhas voltados da

guerra desfilaram pela capital paulista: “a população da cidade foi em massa para a rua. Certamente, aquele foi o momento, talvez único, em que se pode dizer que a população de São Paulo realmente se mobilizou, voluntariamente, diante da guerra. No fim da guerra. Na volta dos pracinhas” (p. 352).

A questão que, naturalmente, fica em aberto refere-se às razões efetivas que levaram ao declínio do Estado Novo. Mas o livro não se propunha a responder a ela. Ao levantar e descrever o cotidiano da guerra, o autor fez uma constatação que pode não agradar àqueles que conhecem a História antes de analisar as fontes a seu respeito. Uma das grandes qualidades do livro reside justamente em deixar-se guiar pelas fontes. E não pelos sentimentos, como algumas frases mais ao início faziam crer.

Ao contrário do que acontecera até uns 20 anos atrás, registrou-se, em especial na última década, um crescimento significativo de estudos sobre o Estado Novo brasileiro, com uma conseqüente ampliação do leque de temas e de aspectos abordados. Não há dúvida de que o livro de Roney Cytrynowicz traz uma contribuição muito significativa sobre esse contexto.

René E. Gertz
